



CARTILHA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA



GINGA



CARTILHA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

GINGA

Instituto
AGÔ



Por uma educação antirracista dentro e fora da sala de aula.

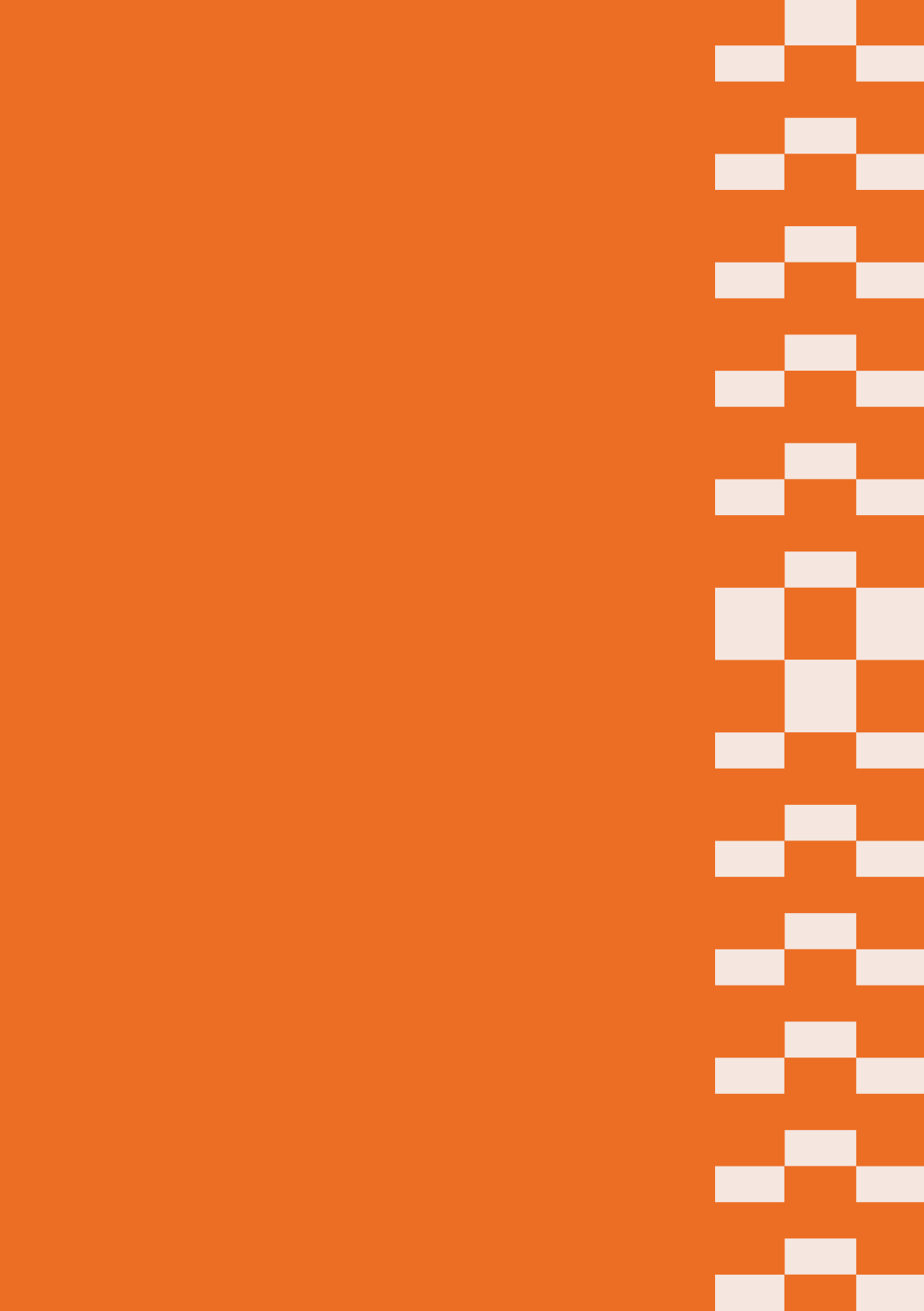
Você sabia que o racismo é uma ideologia construída historicamente e atualizada no cotidiano?

Pois bem, este é o mote desta conversa que iniciamos por aqui e que gostaríamos que levasse consigo sempre. O sistema ideológico recebe o nome de racismo estrutural e trata-se da pactuação de uma série de práticas institucionais, culturais, históricas e interpessoais numa sociedade que constantemente possibilita a um grupo social ou étnico uma posição melhor para obter sucesso. Num contraponto, prejudica outros grupos de modo consciente, consistente e constante provocando desigualdades que se desenvolvem, ao longo de um período, causando profundos danos à sociedade.

Construímos uma cartilha que vai ajudar você a identificar e a desconstruir algumas posturas racistas e a desenvolver, educadora e educador, um senso crítico mais apurado para evitar que caia nas armadilhas do racismo estrutural contribuindo com a produção de ações educativas e pedagógicas antirracistas que possam e devem ser desenvolvidas em sala de aula, transformando resultados e indicadores educacionais. Nos contextos da vida em sociedade. Não raras vezes, as pessoas os repetem sem que reflitam sobre sua origem ou real significado, mas a Educação deve exercer seu papel de atuar na luta antirracista contribuindo com tal reflexão, uma vez que se pauta por construir um mundo melhor para vivermos. Dentre os aparentes elogios, descuidos, apelidos, mazelas, sutilezas, falsas brincadeiras e muitos mal-entendidos, a violência simbólica, que se ancora semanticamente no processo escravocrata, ampliando-se quando expressões como estas são repetidas. Logo, não contribua com seu uso e corte a corrente dessa violência!

A revelação da origem racista que existe por trás das expressões, termos e signos pejorativos, racistas e discriminatórios não acaba com o racismo em si, mas, ao propor o que aqui fazemos, iniciamos um processo de rompimento e de desnaturalização das práticas advindas desta ideologia. Rever o discurso usado diuturnamente é um dos caminhos possíveis para uma educação antirracista e de mudança do imaginário social sobre o papel da comunidade negra na constituição e na construção do país.

Uma educação exclusivamente voltada para o aprendizado da técnica, pautada pela apropriação dos conhecimentos técnico-científicos ou para a “formação da consciência” apenas pouco contribui para o desenvolvimento do sentido de humanidade, conforme preconiza Adorno (1995) em seus escritos sobre educação. Há que se propiciar uma experiência formativa voltada para a emancipação da humanidade do jugo de uma razão tecnicista e instrumental. Repensar o currículo, neste sentido, pressupõe trazer às(aos) docentes experiências de práticas educativas emancipadoras, ativas, que auxiliem a escola e as/os docentes no movimento de repensar o seu papel profissional e, principalmente, as práticas educacionais desenvolvidas.



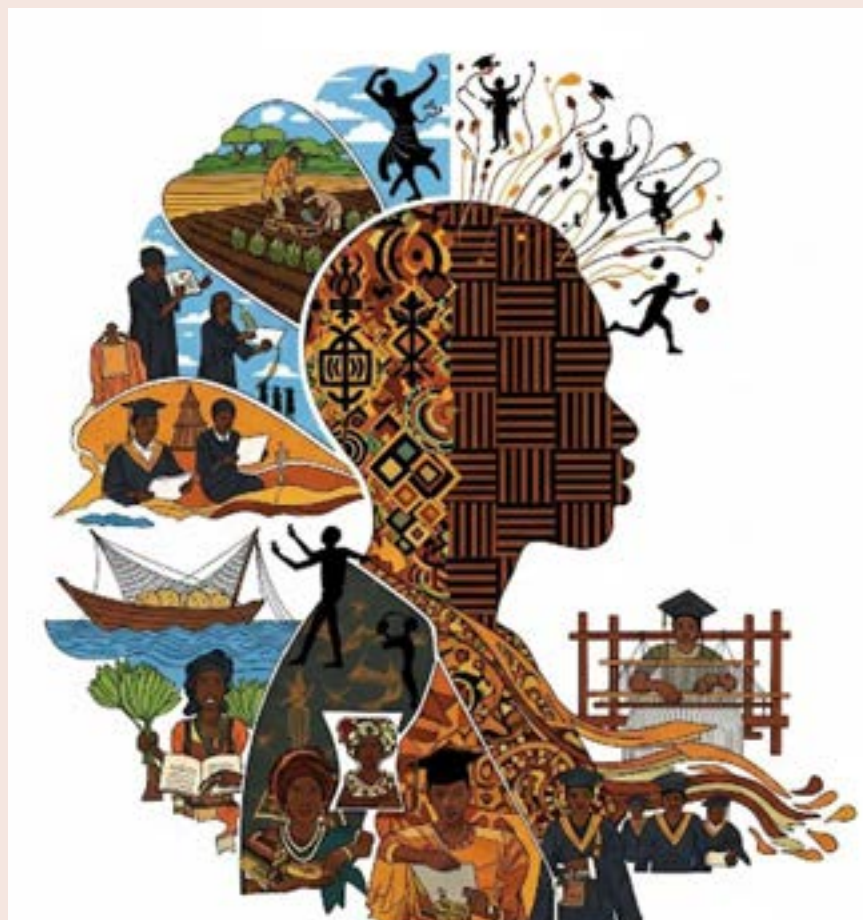


O conjunto dos traços culturais, valores, saberes, práticas, estéticas e cosmovisões provenientes das diversas sociedades da África (especialmente a África Subsaariana) que foram recriados, adaptados e difundidos no Brasil e em outras regiões da Diáspora. O conceito busca reconhecer a pluralidade das contribuições africanas e a resistência na manutenção e reinvenção desses legados, combatendo a visão eurocêntrica e homogeneizadora da “África” como um bloco único e indiferenciado.

O conceito de Africanidades está fortemente associado ao trabalho de intelectuais africanos e afro-brasileiros que buscaram desconstruir o racismo científico e valorizar a História e a Cultura Africana no contexto brasileiro, especialmente após a promulgação da Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As Africanidades não se limitam à herança biológica ou racial, mas se manifestam em múltiplas dimensões. Está presente na música, dança, culinária, vestuário, religiosidade (Candomblé, Umbanda, etc.) e nas artes afro-brasileiras. Também influencia os modos de conhecer a história, enfatizando o papel dos africanos e seus descendentes na construção do Brasil, valorizando a luta política contra o racismo e pela afirmação identitária.

O antropólogo Kabengele Munanga é um dos principais pensadores a discutir e conceituar as Africanidades no contexto brasileiro e educacional. Munanga define a “Africanidade” (no singular ou plural) como a configuração cultural única que a África oferece ao mundo, um conjunto de traços comuns às sociedades africanas, mas que é distinto da raça.

O trabalho da educadora e intelectual Nilma Lino Gomes, inseriu o conceito de africanidades na prática pedagógica, vinculado à construção da identidade negra positiva. Africanidades são reconhecidas como saberes, identidades e práticas de resistência que precisam ser valorizadas no currículo escolar para promover uma



O conceito de Ancestralidade transcende a simples ideia de genealogia ou ascendência biológica. Em contextos sociológicos, antropológicos e, em especial, nas cosmovisões africanas e indígenas, é uma categoria de pensamento que articula o passado ao presente, fundamental para a construção da identidade, ética e resistência cultural de um povo.

A ancestralidade é o conjunto de valores, tradições, conhecimentos, práticas e princípios éticos transmitidos de geração em geração, que estabelece uma conexão contínua entre os descendentes e seus antepassados, sendo percebida como uma força viva e atuante no tempo presente, que orienta a conduta individual e coletiva. A ancestralidade é o fio condutor que liga as gerações passadas, presentes e futuras, sendo uma epistemologia (modo de saber), uma ontologia (modo de ser) e uma política de resistência para muitos povos.

Diferente da concepção ocidental de tempo linear (passado-presente-futuro), a ancestralidade africana e indígena frequentemente opera com um tempo sincrônico, onde o passado (os ancestrais) está sempre presente e ativo, sendo consultado e cultuado. A vivência da ancestralidade fornece um senso de identidade e pertencimento, e serve como fundamento para a resistência cultural contra processos de dominação e apagamento histórico.



IDENTIDADE RACIAL

A Identidade Racial é o processo de autodefinição e autoatribuição de um indivíduo a um determinado grupo racial, que se constitui historicamente a partir da experiência de ser classificado, nomeado e submetido a relações de poder (racismo) em uma sociedade. É um complexo relacional que liga o sujeito ao seu grupo, envolvendo o conhecimento, o valor e o sentimento de pertencimento. Embora a noção de raça não exista biologicamente, isto é suficiente para fazer desaparecer o racismo atual. Enquanto o racismo clássico se alimenta da noção de raça, o racismo novo se alimenta da noção de etnia, a qual é definida como um grupo cultural. Estamos entrando no novo milênio com outra forma de racismo: aquele construído com base nas diferenças culturais e identitárias.

A identidade racial é a afirmação do pertencimento e valorização da ancestralidade e cultura africanas por parte dos afrodescendentes, constituída politicamente como forma de combate à negação e à desvalorização impostas pelo racismo brasileiro.

Nilma Lino Gomes, educadora brasileira, aborda a identidade negra como um processo complexo de ressignificação positiva do ser negro, muitas vezes mediado por práticas culturais e educativas. Um processo que se dá em múltiplos espaços (família, escola, política) e que envolve a desconstrução de estereótipos negativos e a afirmação positiva das origens, do corpo negro e de seus traços estéticos (como o cabelo crespo). É um ato político de autoafirmação.



INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA

O conceito de Intencionalidade Pedagógica é fundamental na área da Educação, referindo-se à natureza planejada, consciente e proposital de toda ação do educador. Trata-se da clareza do professor sobre o que está ensinando, por que está ensinando e para que o aluno deve aprender. A intencionalidade transforma uma atividade de rotina ou espontânea em uma verdadeira experiência de aprendizagem.

A intencionalidade pedagógica é a qualidade que impregna a ação do professor, garantindo que suas práticas e intervenções estejam orientadas para o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, conforme os objetivos curriculares e o projeto político-pedagógico da escola.

A intencionalidade pedagógica para a formação antirracista refere-se ao conjunto de discursos, práticas, projetos e ações que visam combater, dismantelar e erradicar o racismo em suas múltiplas manifestações: estrutural, institucional e interpessoal. É uma intervenção ética, política e pedagógica visando transformar a sociedade, a partir da educação.



MOVIMENTO NEGRO

O Movimento Negro pode ser compreendido como um conjunto heterogêneo de grupos, associações e indivíduos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Envolve ações que vão desde a resistência histórica, como os quilombos, até a atuação contemporânea no campo da cultura, da academia e da política institucional.

A natureza do Movimento Negro abrange três dimensões principais: Luta por Direitos e Igualdade: Denunciar o racismo e a discriminação racial e pressionar o Estado para a criação de políticas de igualdade racial (ações afirmativas, cotas, demarcação de terras quilombolas).

Valorização e Afirmação da Identidade: Promover a autoestima, a consciência racial, a valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira, combatendo o mito da democracia racial.

Produção de Conhecimento: Construir saberes e pedagogias próprios, atuando como um “movimento negro educador” que reeduca a sociedade, o Estado e a si mesmo sobre as relações raciais. Em suma, o Movimento Negro é a continuidade da resistência negra frente à opressão, à marginalização e ao racismo, sendo um elemento propulsor de mudanças e de reescrita da história nacional.



O conceito de Negritude refere-se a um movimento literário, cultural e político que surgiu na década de 1930 entre intelectuais negros de colônias francesas (principalmente das Antilhas e da África) que estudavam em Paris. A Negritude foi uma resposta ideológica e de reafirmação de identidade contra a política de assimilação cultural francesa e o racismo colonialista.

Aimé Césaire, além de ser um dos mais importantes poetas surrealistas no mundo inteiro, foi, juntamente com o presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, o ideólogo do conceito de negritude, sendo a sua obra marcada pela defesa de suas raízes africanas. Nascido na Martinica, Césaire definiu a Negritude como “simples reconhecimento do fato de ser negro, e a aceitação desse fato, de nosso destino de negro, de nossa história e de nossa cultura”. Para ele, negritude é um ato de revolta contra a assimilação cultural.

O conceito de Negritude na perspectiva de Kabengele Munanga está profundamente ligado ao processo de reconhecimento, aceitação e valorização da identidade negra e da cultura africana e da diáspora africana, em contraponto à desvalorização imposta pelo racismo e pela colonização. Munanga destaca que a Negritude é um conceito político e cultural que visa a organização e a mobilização dos negros e afrodescendentes para a luta antirracista, para a transformação social e para o reconhecimento de seus direitos e de sua história.

Negritude é um conceito emancipatório que serve como base para a construção de uma identidade coletiva e para a ação política dos negros em sociedades estruturalmente racistas.



Historicamente, o termo “quilombo” (do termo kilombo da língua banto, que significava acampamento ou fortaleza) foi primariamente uma categoria repressiva e jurídica do Estado português. A definição do Conselho Ultramarino, em 1740, estabeleceu que “toda a habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” era considerada quilombo. O foco era na fuga, na desordem e na rebeldia, criminalizando a aglomeração de escravizados.

O conceito sofreu uma profunda transformação a partir do ativismo do Movimento Negro (década de 1970) e sua consolidação na Constituição Federal de 1988. O marco legal no Brasil é o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.”

Essa mudança opera uma inversão: o que era um crime (quilombo) se torna uma categoria de acesso a direitos (comunidades quilombolas). O conceito deixa de ser a fuga no passado e passa a ser a continuidade histórica e identitária no presente.

O Decreto 4.887/2003, que regulamenta o Art. 68 do ADCT, adota o conceito de autoatribuição como critério fundamental. A própria comunidade se reconhece como quilombola, afirmando sua identidade e história.

Em suma, o quilombo atual é um espaço de (re)existência, que simboliza a luta por direitos, pelo território e pela manutenção de um modo de vida distinto, construído sobre a memória da resistência negra no Brasil.

RESISTÊNCIA

O conceito de Resistência na perspectiva racial refere-se ao conjunto de práticas, saberes e discursos desenvolvidos por indivíduos e grupos racializados, especialmente os negros, para contestar, confrontar, sobreviver e subverter as estruturas de dominação racial, como o racismo, o colonialismo e o sistema escravocrata.

Na história da população negra, a resistência não se limita a atos heroicos de revolta, mas abrange um vasto repertório de ações para minar o sistema opressor, especialmente durante a escravidão. a criação dos quilombos é a forma mais emblemática de resistência coletiva, que criava estruturas sociais, econômicas e políticas autônomas (e.g., Quilombo dos Palmares). Destaca-se, também, os conflitos armados e insurreições organizadas, como a Revolta dos Malês (Bahia, 1835).

No pensamento negro contemporâneo, a resistência é um ato de desalienação e de afirmação da dignidade contra a “coisificação” imposta pelo racismo estrutural. A resistência é o caminho para a consciência de si e a verdadeira desalienação, que passa pela luta para reconquistar a humanidade e uma liberdade emancipatória. Podemos ampliar o conceito de resistência, trazemos para reflexão a reexistência, de Ana Lúcia Silva Santos, que refere-se a uma prática de letramento e de resistência desenvolvida por grupos historicamente marginalizados, especialmente a população negra, no âmbito da luta contra a subalternização e a discriminação. A “reexistência” envolve a criação de uma nova existência e a ressignificação da identidade através de práticas culturais, como rap, poesia, grafite e hip-hop, que dão voz aos oprimidos e empoderam grupos minoritários.

SANKOFA

O conceito de Sankofa é um princípio fundamental da filosofia e cultura africana, com uma aplicação central na luta por identidade, memória e resistência da Diáspora Africana.

Sankofa é uma palavra da língua Twi (do grupo linguístico Acã/Akan), originária de Gana (África Ocidental). Literalmente, pode ser traduzida como:

San (Voltar) + Ko (Ir) + Fa (Buscar, Pegar)

O provérbio associado ao conceito é:

“Se wo were fi na wosan kofa a, yenkyi.”

“Não é tabu (errado) voltar para buscar o que você esqueceu (ou deixou para trás).”

Sankofa é um dos símbolos Adinkra (ideogramas que representam conceitos), sendo representado de duas formas:

O Pássaro Sankofa: Uma ave mítica que voa para a frente, mas tem a cabeça virada para trás, segurando um ovo (o conhecimento) em seu bico. Simboliza a ação de avançar, mas com a consciência e a sabedoria da história.

O Coração Sankofa: Uma forma estilizada que se assemelha a um coração com arcos simétricos, enfatizando a dimensão emocional e espiritual da reconexão com as raízes.

Para os afro descendentes, o Sankofa simboliza o resgate de uma história e uma identidade que foram sistematicamente apagadas, negadas e violentadas pelo sistema escravocrata e pelo racismo.

Em termos filosóficos, Sankofa significa a sabedoria de aprender com o passado para informar o presente e construir um futuro sólido. Não se trata de viver no passado, mas de usá-lo como uma bússola e um manancial de conhecimento vital.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Nilma Lino. Educação e Diversidade Étnico-Racial. Salvador: UNEB, 2005.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o Racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação, 2005. (Onde o tema é amplamente discutido em relação à educação).

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE), n. 18, p. 28-47, maio-out/2012.

KRENAK, Ailton. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. (Define o racismo como o fundamento da estrutura social, impactando a construção identitária).

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In: Revista Educação em Foco, Juiz de Fora, 2014.

CÉSAIRE, Aimé. Caderno de um retorno ao país natal. São Paulo: Cosac Naify, 2011 (Original de 1939).

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (Art. 68 do ADCT).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (Art. 68 do ADCT).

NASCIMENTO, Abdias do. O Quilombismo: uma alternativa política para o negro. Petrópolis: Vozes, 1980.

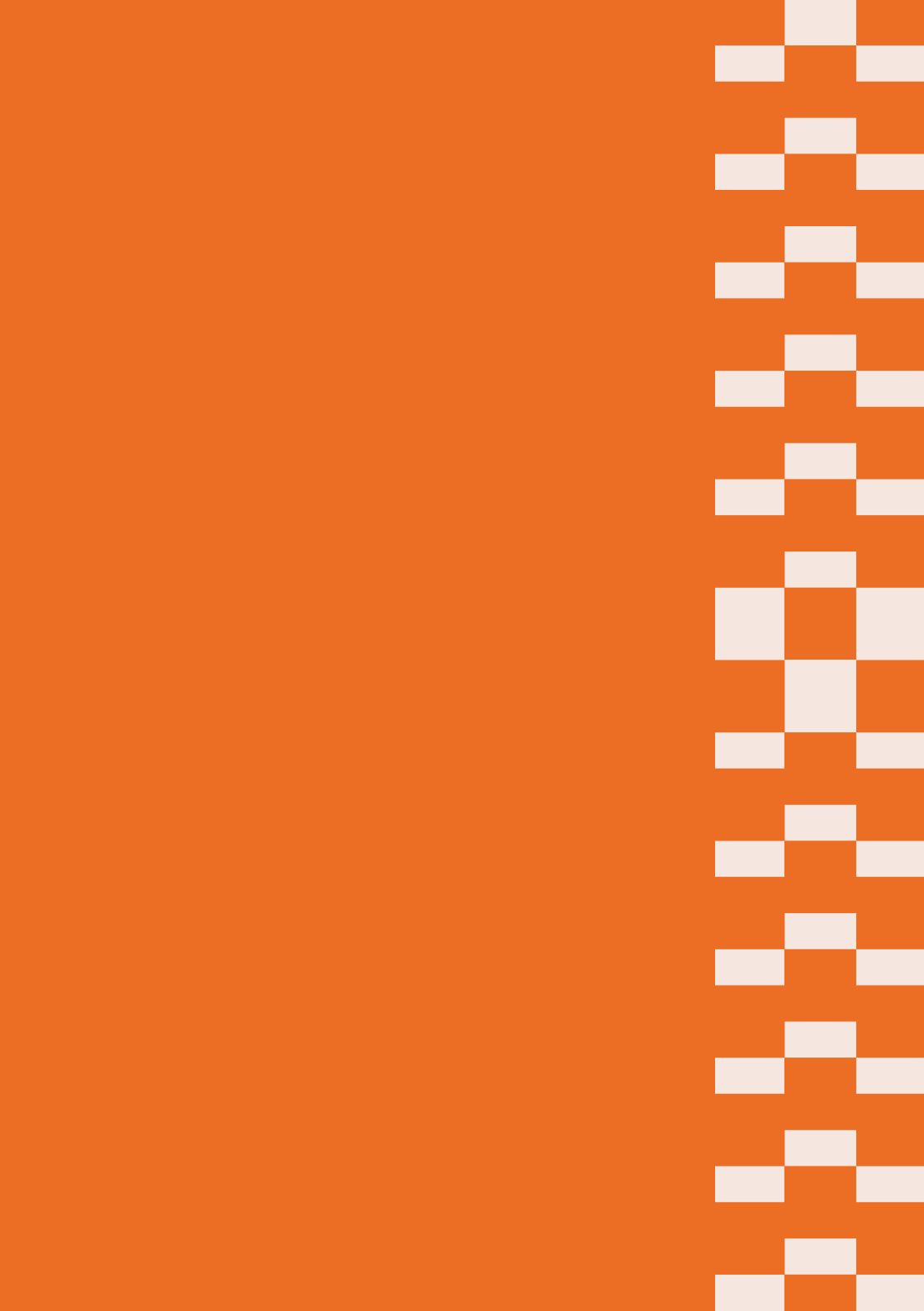
REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

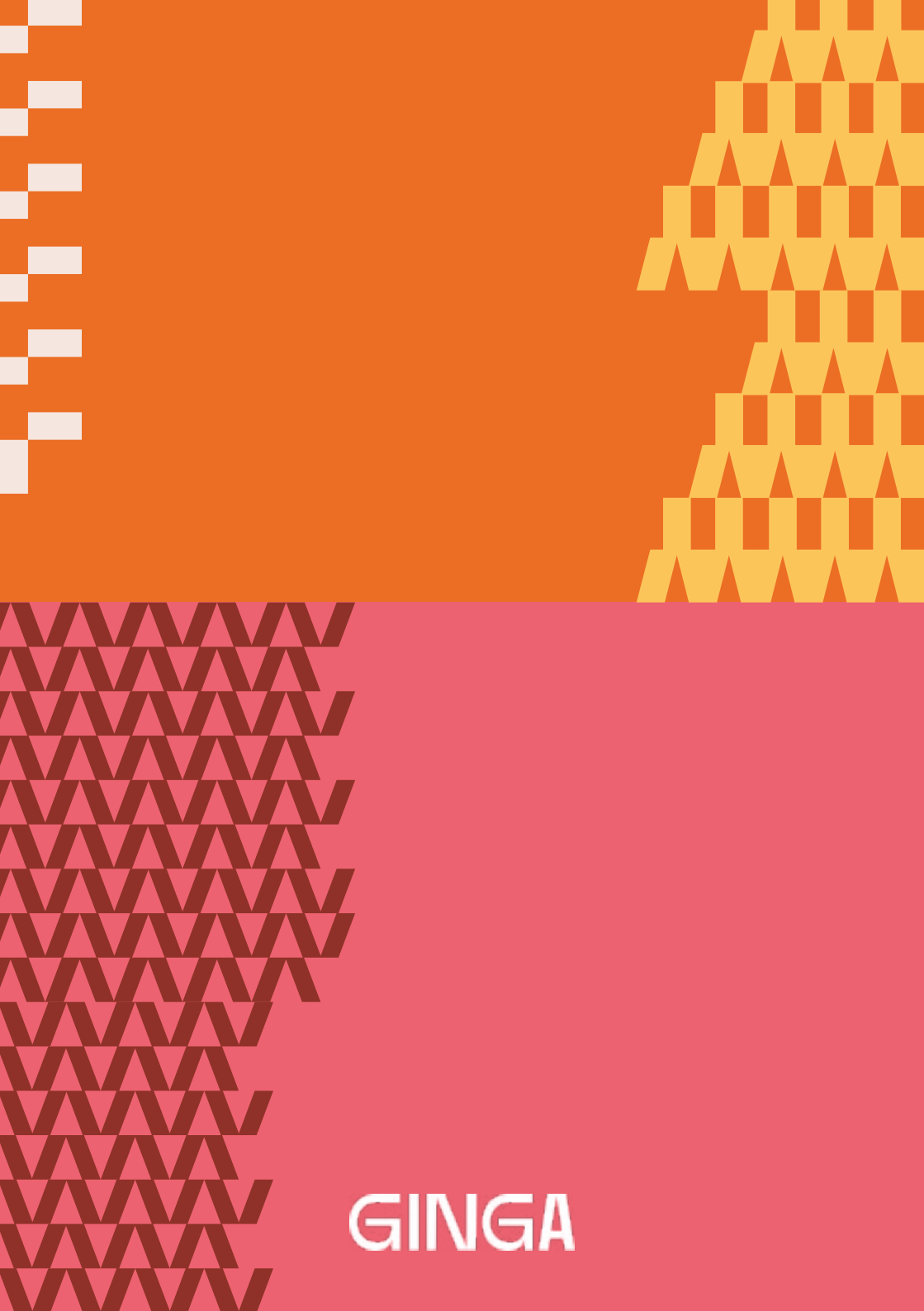
SILVA - SOUZA, Ana Lúcia. Letramentos de reexistência = culturas e identidades no movimento hip hop. (Universidade Estadual de Campinas) 2009. Dissertação. (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1994 / São Paulo: Selo Negro, 2008.

Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. (Publicação do Departamento de História da USP).

SILVA - SOUZA, Ana Lucia. Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop. Ipiranga: Parábola, 2011





GINGA